

# Adolescência além do sintoma



» DANIELE NUNES HENRIQUE SILVA  
*Psicóloga, pedagoga, doutora em educação e professora do Instituto de Psicologia da UnB*

A série *Adolescência*, da Netflix, tem impulsionado debates relevantes sobre os dilemas enfrentados por jovens, suas famílias e instituições, como a escola e o Estado. Embora a abordagem psicanalítica — como a publicada por Vera Iaconelli na *Folha de S.Paulo*, em 25 de março — ofereça diagnósticos consistentes, proponho-me a lançar um outro olhar sobre a questão.

Como bem observa Iaconelli, a série percorre quatro dimensões fundamentais da sociabilidade contemporânea: o Estado, a escola, a família e o sujeito. Cada um desses espaços é explorado em episódios distintos, de forma complexa e sem linearidade. Os diálogos são marcados por tensões, contradições, idas e vindas — e o desconforto do espectador diante das cenas é parte do efeito intencional da narrativa. Ainda em consonância com a psicanalista, a série destaca com força as questões de gênero e os conflitos geracionais, colocando em evidência dilemas urgentes: como exercer a parentalidade em tempos tão desafiadores?

Contudo, sem negar os aspectos de gênero e de geração, que de fato atravessam o problema, é fundamental lançar luz sobre um elemento estrutural muitas vezes negligenciado: o neoliberalismo

ocidental. Ignorar esse recorte nos leva a interpretações parciais e reducionistas da adolescência; uma interpretação carente de determinações concretas da vida.

A série revela um espaço de vida dos adolescentes que é completamente incompreensível e obscuro aos pais: as regras das redes sociais. A sensação é de que temos dois mundos paralelos: aquilo que se vive na rede social e o que se vive na vida real — aqui, essência e aparência se (con)fundem na vida de pais e seus filhos. Essa (con)fusão parece conduzir a dinâmica familiar a um nível absoluto de perda dos laços de intimidade; falta de diálogo, filhos trancados nos quartos; muros que criam verdadeiros guetos existenciais no cerne do contexto familiar.

Por que isso ocorre? Por que os pais não escutam seus filhos? Por que Eddie não reconhece em Jamie a criança que criou?

As respostas a essas perguntas são inúmeras, e não pretendo esgotá-las, mas parece-me importante salientar que educar adolescentes dá muito trabalho. Eles têm uma busca incessante por autonomia e construção de suas subjetividades; são revolucionários, contestam e confrontam. E os pais? Os pais estão exaustos! Mas exaustos do que exatamente? De seus filhos? Não. Estão exaustos de sobreviver.

Jamie, em certa parte do filme, comenta que seu pai conserta privadas. Em seguida, indaga se é possível alguém ser feliz nessa atividade. Eddie relata a jornada exaustiva de trabalho e a perda paulatina do contato com o filho. Ele sobrevive a jornadas massacrantes.

Os professores parecem também completamente alheios de suas respectivas posições

funcionais. Brigam, coíbem, perdem-se na dinâmica descontrolada dos adolescentes na escola. Os professores, por que não escutam seus alunos? A resposta parece ser a mesma: eles também estão sobrevivendo. Mal remunerados, precarizados, deslegitimados.

Nesse contexto, a escola não é espaço de formação, mas de confinamento. Um “curral”, como a própria série sugere. E as interações virtuais que substituem a realidade, a violência que explode sem mediações simbólicas, o corpo da mulher como território de dominação — tudo isso não emerge do nada. São sintomas perversos da lógica do consumo, da propriedade privada, da hipercompetitividade e da performance que define o nosso tempo.

A terapeuta da série até tenta ouvir Jamie e restaurar algum sentido de laço social. Mas se assusta. O sujeito que aparece diante dela — um adolescente acusado de assassinato — não cabe nas categorias clínicas tradicionais nem nas avaliações comuns de psicodiagnóstico. Jamie é, talvez, o sintoma mais cru de uma degradação mais ampla: a da condição humana em contextos de superexploração do trabalho e das subjetividades confinadas ao isolamento.

Ler os sintomas é fundamental, mas não podemos ficar presos a eles. Sem um horizonte alternativo de sociedade, não é possível apontar para práticas mais transformadoras de resgate do sentido de humanidade e de comum. Por isso, a pergunta que deveria nos mover é: que mundo estamos oferecendo a esses jovens? Sem enfrentar a mercantilização da vida e a ausência de perspectiva, seguiremos apenas constataando e padecendo.

## O valor dos dados na nova corrida pelo futuro



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES  
*Pesquisador da Embrapa Agroenergia*

Vivemos cercados por dados — mesmo sem perceber. Cada vez que usamos o celular, fazemos uma compra on-line, acionamos o GPS ou acessamos redes sociais, geramos e consumimos dados. Em termos simples, dados são registros organizados de qualquer aspecto observável ou mensurável da realidade. O horário em que você costuma acordar, o trajeto que faz para o trabalho ou os produtos que procura em uma loja virtual — tudo isso são dados. Quando esses registros são analisados e interpretados com inteligência, transformam-se em conhecimento — e é aí que ganham valor.

Os dados sempre existiram — nas tábuas de barro, mapas antigos e livros de contabilidade. A grande mudança aconteceu quando a tecnologia digital nos deu uma capacidade inédita de gerar, armazenar, acessar e cruzar dados em grande escala e velocidade. Sensores, satélites, computadores e redes passaram a registrar praticamente tudo: da umidade do ar e do comportamento das abelhas aos fluxos de tráfego urbano à evolução das lavouras em tempo real.

O que antes era raro e fragmentado hoje se acumula em volumes colossais, que crescem sem parar. Mas quantidade, por si só, não gera valor. O verdadeiro poder dos dados aparece quando conseguimos organizá-los, interpretá-los e transformá-los em conhecimento útil. É isso que permite identificar padrões, antecipar cenários e tomar decisões mais inteligentes. Dados sem interpretação são como peças soltas de um quebra-cabeça: muitas, mas incapazes de formar um todo com sentido.

É aí que entram as ferramentas analíticas, os algoritmos e a inteligência artificial, capazes de conectar essas peças, revelar padrões ocultos e gerar respostas para perguntas antes impensáveis. As mídias sociais foram pioneiras em mostrar como dados bem usados se transformam em poder. Com algoritmos que analisam padrões em tempo real, conseguem prever interesses e influenciar decisões.

Ao transformar dados em influência, plataformas digitais conquistaram um espaço enorme na economia e na vida social. Deixaram de ser apenas meios de comunicação para se tornarem elementos centrais nos mercados, no consumo e até na política. O domínio da informação passou a valer tanto quanto, ou mais, que o controle de terras ou recursos financeiros. Com isso, novas formas de poder emergem, mais silenciosas, porém altamente eficazes.

Nesse contexto, cresce também a corrida global por tecnologias capazes de explorar esse novo ativo com máximo rendimento, como algoritmos sofisticados e sistemas de inteligência artificial. Esses recursos são, sem dúvida, importantes e continuarão moldando o futuro. No entanto, países que dificilmente liderarão a produção dessas tecnologias talvez possuam algo ainda mais valioso — e ainda subestimado: a capacidade de gerar dados únicos e contextualizados sobre o meio físico, os ecossistemas e os recursos críticos para a sobrevivência e o bem-estar da humanidade.

A coleta criteriosa de dados sobre solos, clima, biodiversidade, fluxos de energia, água e carbono depende de uma combinação de conhecimento local, metodologia científica e discernimento humano — elementos que ainda são insubstituíveis na construção de bases confiáveis para qualquer sistema inteligente. Sem essa fundação sólida, mesmo os algoritmos mais avançados correm o risco de operar com informações imprecisas, enviesadas ou irrelevantes.

Em outras palavras, a IA depende, antes de tudo, da qualidade da inteligência humana que a alimenta. Valorizar a geração de dados qualificados sobre o mundo real — com base em método, ciência e ética — é condição essencial para garantir que as ferramentas digitais sirvam, de fato, a um futuro mais sustentável e equilibrado.

A pergunta crítica é: em que medida países, instituições e pessoas estão se dando conta dessa realidade e se preparando para aproveitar as vantagens competitivas que já possuem? Muitos ainda parecem fascinados apenas pelas promessas das tecnologias de ponta, sem perceber que o verdadeiro diferencial pode estar naquilo que já dominam — mas ainda não valorizam plenamente.

O Brasil, por exemplo, reúne uma das maiores concentrações de recursos naturais e conhecimento acumulado sobre ambientes tropicais. Conta com instituições científicas consolidadas, capazes de gerar dados de alta qualidade sobre solos, água, clima, cultivos, florestas, sistemas humanos e produtivos complexos. No entanto, a articulação entre esse patrimônio de conhecimento e os sistemas emergentes de inteligência ainda é incipiente.

Aproveitar plenamente esse potencial exige mais do que reconhecer suas virtudes — exige organização, direção e visão de futuro. É preciso construir uma estratégia nacional que reconheça o valor dos dados como um recurso essencial. Sem isso, corremos o risco de continuar exportando dados brutos — ou sequer usá-los — enquanto outros transformam essa matéria-prima em valor, influência e liderança. A oportunidade está posta. Resta saber se teremos ousadia para abraçá-la.

Maurenilson/CB/DA Press



## Parlamentarismo e voto distrital misto



» ROBERVAL BELINATI  
*Desembargador, 1º vice-presidente do TJDF e ex-presidente do TRE-DF*

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 2/2025), que pretende alterar a forma de governo do Brasil para o semipresidencialismo e implementar o voto distrital misto, promete provocar debates intensos no Congresso Nacional. Muitos parlamentares defendem que, no atual momento histórico, o parlamentarismo — com a figura de um primeiro-ministro — representaria o sistema mais adequado para o país. No entanto, essa não é uma posição consensual. Há quem sustente que o semipresidencialismo enfraqueceria tanto a democracia quanto a autoridade do presidente da República.

Originalmente, apresentada em 1995 pelo então deputado Eduardo Jorge, a proposta foi reapresentada em 6 de fevereiro deste ano (2025) pelo deputado Luiz Carlos Hauly. De acordo com o texto, o presidente da República continuaria a ser eleito por voto direto e majoritário, mas dividiria o poder com um primeiro-ministro, escolhido entre os deputados e indicado pelos partidos que compõem a maioria na Câmara. O presidente passaria a exercer funções predominantemente cerimoniais — como representar o país internacionalmente e comandar as Forças Armadas —,

enquanto o primeiro-ministro assumiria a chefia do governo.

A PEC também propõe a adoção do voto distrital misto. Nesse modelo, o eleitor teria dois votos nas eleições para os cargos de deputado federal, estadual, distrital e vereador: um voto seria destinado a um candidato do seu distrito (sistema distrital) e outro a uma lista partidária (sistema proporcional). Assim, metade dos parlamentares seria eleita diretamente pelos distritos, e a outra metade por meio das listas dos partidos mais votados.

Pelo texto da proposta, dois terços dos deputados federais (ou o número imediatamente superior) seriam eleitos em distritos uninominais, e um terço por meio das listas partidárias. Os Estados e o Distrito Federal seriam divididos em distritos, definidos por resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ser publicada com até um ano de antecedência em relação às eleições.

A representação de cada unidade da federação seria composta por 50% (ou o número inteiro mais próximo) de deputados eleitos em distritos uninominais, complementada pelos eleitos via lista partidária. Por exemplo, no caso do Distrito Federal, que conta com oito deputados federais e 24 deputados distritais, seriam criados quatro distritos uninominais. Cada distrito elegeria um deputado federal e três distritais. A outra metade — quatro deputados federais e doze distritais — seria eleita por voto proporcional em todo o território do DF.

Entre os defensores do sistema distrital misto, destacam-se argumentos como a maior

proximidade entre eleitores e representantes, o fortalecimento da fiscalização cidadã, a racionalização dos recursos de campanha e a valorização de candidatos com vínculo direto com a comunidade local. Também se aponta a possibilidade de redução no número de partidos e candidatos, bem como o menor custo das campanhas distritais em comparação às campanhas gerais.

Por outro lado, críticos apontam riscos e desafios significativos. Entre eles, a criação de dois tipos de parlamentares — os distritais e os eleitos por lista —, o que poderia gerar desigualdades na legitimidade política. Também há preocupação quanto à definição das fronteiras dos distritos, que poderia ser manipulada para favorecer determinados grupos ou partidos. Além disso, o sistema é considerado complexo e potencialmente confuso para os eleitores.

Ainda não está claro como seriam delimitados os distritos nem quais seriam todas as regras aplicáveis ao novo modelo eleitoral. Caso a PEC seja aprovada, a tendência é de que a quantidade de distritos corresponda ao número de cadeiras de deputado federal de cada unidade federativa.

Vale destacar que a PEC não altera as regras das eleições majoritárias para presidente da República, governadores e senadores, que continuam a ser definidos pelo critério do mais votado.

Não há dúvida de que o debate será acalorado. Afinal, trata-se de uma proposta que busca modificar tanto a forma de governo quanto o sistema eleitoral — um projeto que, há três décadas, permanece na “geladeira” do Congresso Nacional.